

## As águas e a Cidade de Belém no século XIX

Conceição Maria Rocha de Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** no presente trabalho, pretendo analisar a cidade de Belém do século XIX considerando a presença das águas no local onde a mesma foi construída e, sobretudo, as concepções dos moradores relacionadas às idéias de águas boas e águas más e, nesse sentido, que conexões foram estabelecidas entre aquelas concepções e as idéias sobre natureza, uma vez que tais modos de pensar certamente imprimiram marcas importantes nas relações dos habitantes com as águas.

**Palavras-chave:** águas, Belém do Pará, historia

**Résumé:** dans présent travail, je prétends analyser la ville de Belém du siècle XIX en considérant la présence des eaux dans le lieu où la même a été construite et, surtout, les conceptions des habitants rapportés aux idées d'eaux bonnes et d'eaux mauvaises et, dans ce sens, dont des connexions ont été établies entre ces conceptions et les idées sur nature, vu que telles manières de penser certainement ont imprimé des marques importantes dans les relations des habitants avec les eaux.

**Mots-clés:** eaux, Belém du Pará, histoire

“A posição geográfica do Pará, ou melhor da cidade de Belém, é de 1°21’ de latitude Sul e 48°28’ de longitude Oeste. Assenta-se sobre um elevado promontório, à margem do rio Pará que é o braço mais importante do delta amazônico. A cidade fica a oito milhas do mar e é vista a grande distância, do rio.”<sup>2</sup>

As palavras de Daniel Kidder situam-se no contexto de sua viagem ao Pará em 1839. Maravilhado o viajante referiu-se às águas que singrou como “*o imenso lençol prateado*”, pois era noite de lua cheia. Nos registros de Kidder, Belém é apresentada a partir das águas.

O relato de Kidder não é o único a ressaltar a conexão entre a cidade de Belém e as águas adjacentes à mesma. Alfred Russel Wallace que chegou na “*Cidade do Pará*” juntamente com Henry Bates no ano de 1848 registrou que “*Belém era a maior cidade do maior rio do globo – o Amazonas - sendo a capital de uma província cuja superfície iguala e de toda a Europa ocidental*”.<sup>3</sup>

De modo similar, ao concluir o seu “Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará”, no ano de 1833, Antonio Ladisláo Monteiro Baena já afirmava que

---

<sup>1</sup> Mestre em História, IFCH/UFPA, doutoranda em História Social, PUC/SP, docente da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará.

<sup>2</sup> KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. P. 183.

<sup>3</sup> WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e Rio Negro*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. Pp. 19.

“(…) he uma região imensa, amena e fértil, que a natureza acobertou de viçosos vegetaes munidos de rara virtude, e de selvas magestosas, povoadas de excelsas arvores, todas próprias do serviço náutico e civil: e que talhou de maximos lagos, de altas serras, de espinhaços de montes, e de vastas veigas: o numero dos rios capitaes e dos seus defluentes, que formão a sua admiravel hydrografia, he portentoso: seria íngreme empresa formalizar uma lista hydrografica de todos elles com a indicação da addicção das nascentes visinhas e da natural defluencia de uns em outros com a sua respectiva posição geográfica.”<sup>4</sup>

Viajantes, naturalistas, estrangeiros em geral expressaram a necessidade de ressaltar em suas produções aquilo que era entendido como grandioso, majestoso, imponente na flora e fauna, nas águas e nos montes que constituiriam a *natureza* em torno da cidade. Mas, século XIX foi também um período marcado pela preocupação de autoridades dirigentes, engenheiros, médicos, comerciantes, entre outros que viviam em Belém, com a consolidação do controle das águas. E para tanto, precisaram recorrer a intermediários essenciais como pontes, valas, canais, cais, canos de esgoto e as embarcações.

### **Entre a “arrecadação” e o “aformoseamento”: o cais e o porto de Belém nos discursos de dirigentes provinciais**

“(…) Se falamos desta Província, podemos dizer que nos falta tudo. Precizamos cercar com hum caes, bem construído, toda esta cidade, não só pela belleza que disto rezulta; mas sobre tudo para o commodo de seus habitantes, melhor arrecadação dos direitos públicos e melhor fiscalização policial.(…)”. Soares D’Andrea<sup>5</sup>

As palavras do presidente D’Andrea foram registradas num contexto pós-cabanagem, em 1838. O discurso remete para a obra de pacificação da província após o confronto com “*homens ignorantes*” capazes de “*imoralidades*” e sem “*religião*”. Para ele, um conjunto de obras seria fundamental para superar o “*gentilismo*”, ainda observado ao longo dos rios da província, e construir a civilização na província. Entre as muitas obras e serem efetivadas, estava a melhoria da comunicação interna através dos rios e canais. Isso feito, também seria necessário melhorar a alfândega a fim de que essa se tornasse “*capaz de corresponder ao volume futuro do porto*”. Ou seja, para Soares D’Andrea era essencial a construção de obras capazes de assegurar o controle das águas, com vistas à melhoria da agricultura e do comércio. Esse controle era pensado também, através da construção de um cais, extenso o

---

<sup>4</sup> BAENA, Antonio Ladisláo Monteiro. *Ensaio Corografico sobre a Província do Pará*. Pará: Typographia de Santos Menor, 1839. P. 3.

<sup>5</sup> “Discurso com que o Presidente da Provincia do Pará Soares D’Andrea fez a abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial no dia 2/03/1838. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

bastante para cercar a cidade e oferecer os benefícios que reverteriam em progresso para a província.<sup>6</sup>

Talvez sob os ecos das palavras de Soares D’Andrea acerca da necessidade urgente de melhoria do cais, em 1839 o poder público informa que a obra do mesmo, da rua da Boa Vista seria

“concluída com modica despesa, ajudada por meio de subscrição dos proprietários das casas vizinhas, feita com a pedra extrahida da Fazenda do Pinheiro, e com trabalho de alguns presos artífices (...). Seu fim he não só fazer communicar pela marinha á alfândega com a rua da Boa Vista e aformozear aquella parte da cidade como interpor uma rua as cazas cujos fundos dão agora sobre o rio, e dar passagem aos fiscalizadores dos direitos públicos.”<sup>7</sup>

O dirigente Souza Franco referiu a necessidade da construção de um cais localizado entre o Forte de São Pedro Nolasco e o do Castelo, o que possibilitaria a abertura de uma rua na marinha da cidade. Novamente os argumentos recorrentes – arrecadação dos direitos públicos e aformoseamento da cidade - e além desses a necessidade de impedir a construção de casas ao longo da marinha, uma vez que os quintais e cercados de várias delas adentravam o rio, possibilitando a ação de contrabandistas e comprometendo a boa aparência da frontaria de Belém.<sup>8</sup>

Além de advertir para a questão do cais, o presidente Souza Franco alerta também para a necessidade de limpeza de canais, como o de Igarapé Mirim, o qual somente nas grandes marés permitia passagem de embarcações de maior porte, devido ao acúmulo de entulho, ou seja, o movimento das embarcações dependia das marés. Inúmeros relatórios depois, a presidência da província continuou a referir o estado precário do canal de Igarapé Mirim, bem como a necessidade de limpeza do mesmo.<sup>9</sup>

Em outras palavras, era fundamental desenvolver modos de lidar com as águas dos rios, afinal havia a necessidade imperiosa do intercâmbio comercial como também da navegação. Todavia, as maneiras de pensar, bem como as ações em relação às águas destoaram mediante as motivações em foco, ou seja, para alguns moradores era interessante possibilitar contatos com comerciantes que burlavam o fisco, mesmo sendo essa uma atitude reprovada pela oratória dos dirigentes, pois tal ação poderia implicar em trocas favoráveis para os envolvidos, tais como o recebimento de uma gratificação, o apreço de algum familiar,

---

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15/08/1839. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm).

<sup>8</sup> “Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15/08/1839”. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm).

<sup>9</sup> Idem.

a preservação das relações de amizade, enfim, trocas que, em contrapartida, eram desfavoráveis para o poder público que avaliava a lacuna na arrecadação.

Em 1841 as obras de ampliação do cais já estavam principiadas. Elas seguiam do porto denominado “*escadinha*”, até o “*Fortim de São Pedro Nolasco*”, tendendo a prosseguir até a ponte da Alfandega na rua da Boa Vista. A partir daí seria aberta uma comunicação com a rua do Assougue, pela travessa ao lado do Arsenal de Guerra que foi alargada a partir da compra de terrenos. Também foi providenciado o alargamento e embelezamento da Praça da Alfandega, “*facilitando igualmente a construção de uma melhor ponte para o serviço desta repartição por ter entrado o caes pelo rio adentro*”. Naquele tempo a obra tinha um orçamento em torno de onze contos de réis.<sup>10</sup>

O andamento das obras dependeram, naquele período de pessoas que as financiassem. Em 1845, por exemplo, parte das obras do cais localizada em frente ao beco do Açougue foi concluída a partir de uma contratação obtida com Manoel Joaquim dos Santos. Mas a obra demandava maiores recursos e demorou a avançar. No ano de 1850, o dirigente informou que parte dos recursos emanavam do orçamento municipal, bem como “*uma pedreira montada pela mesma inspecção na Ilha da Cotijuba*”, da qual eram extraídas as pedras usadas na obra do cais de Belém. A obra aliás, demandava, em diversos trechos o uso de madeira também, numa lida constante de contenção das águas do rio. O trabalho era considerado pesado e exaustivo para os “*operários*”. Importante atentar também que a recorrência à mão-de-obra dos Corpos de Trabalhadores não foi eterna.<sup>11</sup>

Em 1858, o presidente João da Silva Carrão chamou a atenção para os “sacrifícios” demandados pela província em função das obras do cais e que ainda assim exigia vultosos recursos para ser prosseguida. Considerava que aquela obra deveria ser enquadrada como uma “*obra geral*”, para tanto o dirigente levava em conta “*a natureza do serviço a que é destinada*”, e como tal deveria ter suas despesas custeadas, ou seja, a construção do cais não era, na visão de Silva Carrão uma obra especificamente provincial, portanto deveria ser encaminhada e concluída com recursos dos “*cofres gerais*”. Nos anos sessenta, essa questão

---

<sup>10</sup> “Discurso recitado pelo Presidente da Provincia do Pará Bernardo de Souza Franco, por ocasião da abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 14/04/1841”. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

<sup>11</sup> “Discurso recitado pelo Dr. João Maria de Moraes, Vice-Presidente da Provincia do Pará, por ocasião da abertura da 2ª Sessão da Quarta Legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 15/08/1845”. E “Relatorio feito pelo Presidente desta Provincia Jeronimo Francisco Coelho e entregue ao 1º Vice Presidente em exercício o Dr. Ângelo Custodio Correa em 1/08/1850”. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

permaneceu em debate, todavia as obras do cais continuaram a aparecer na parte referente às obras provinciais.<sup>12</sup>

Em relatório de 12 de maio de 1860, o dirigente provincial esclareceu que foram construídos “14.960 palmos cúbico de paredão com revestimento de cantaria” na parte do cais de marinha junto a Santo Antonio, adverte porém que a obra deveria prosseguir mediante arrematação, ou seja, a partir de anúncios em jornais e admitindo-se concorrência, para o que havia mandado elaborar a planta e o orçamento referentes a dezessete braças lineares de muralha, ou seja, defendia que a obra não podia onerar os cofres provinciais como já vinha ocorrendo de longa data e precisava da “*immediata protecção do Governo Imperial*”. Também para ele a construção do cais constituía-se numa necessidade ante a imprevisibilidade das águas, sobretudo quando ocorriam as grandes marés.<sup>13</sup>

Apesar das reclamações dos dirigentes, a obra prosseguia, mesmo que às duras penas, ante a alegada pobreza dos cofres provinciais. Ainda em 1860 o cais da Doca do Reducto teve 12.544 palmos cúbicos de paredão e a doca do Ver-o-Pezo passou por desobstrução, uma vez que as pequenas embarcações que nela atracavam, precisavam de proteção contra as violentas ressacas do rio.

Em 1862 foi traçado um novo plano, com vistas a viabilizar pontos de desembarque nos quais os carros pudessem buscar cargas mais pesadas. O plano proposto previa a construção de um largo passeio que ligaria a Sacramenta a doca do Reduto. Essa era uma obra que avançava para a conclusão e que os dirigentes discutiam o quanto seria importante para a valorização crescente dos imóveis localizados próximo a ela. Uma vez finalizada ela se ligaria ao cais, que por sua vez também “orna” a cidade. Ou seja, a idéia do embelezamento da frente da cidade através do cais, percorreu várias dezenas de anos do século XIX.

Nos anos setenta a obra foi dividida em 4 secções, com vista a novamente agilizar o avanço da mesma: a primeira sessão situada entre as pontes da guardamoria e de pedras; a segunda localizada entre a ponte de pedras e a doca do Ver-o-Peso; a terceira, entre a travessa das Mercês e o beco do Açougue; a quarta, situada entre o extremo da Alfandega e o porto da Sacramenta, ou travessa dos Mirandas. A primeira sessão estava em andamento por

---

<sup>12</sup> “Discurso da abertura da Sessão Extraordinaria da Assembleia Legislativa Provincial do Pará em 7/04/1858. Pelo Presidente Dr. João da Silva Carrão”. Depositados em [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

<sup>13</sup> “Relatorio que o Presidente da Provincia do Pará Antonio Coelho de Sá e Albuquerque apresentou ao Vice-Presidente Fábio Alexandrino de Carvalho Reis ao passar-lhe a administração em 12/05/1860.” In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

administração, foi concluída e paga. As demais estavam em processo de construção e pagamento.<sup>14</sup>

Em 1881, o presidente José Coelho da Gama e Abreu declarou que tentava dar prosseguimento as obras, a partir do Arsenal de Marinha até o antigo Castelo, mas ressentia-se com falta de engenheiros suficientes. Nos demais anos da década a obra ainda permaneceu em andamento, embora alguns dirigentes insistissem em registrar em seus relatórios que a mesma estava em fase conclusiva, assim prosseguindo até o final do século XIX. Parecia mesmo que a obra demandava recursos externos, ou seja, não atingia o desfecho a que se propuseram as autoridades, sem que houvesse o concurso do governo central, fosse o império ou a república.<sup>15</sup>

Já no século XX, o governo federal abriu concorrência para o encaminhamento das obras. Em abril de 1903, o engenheiro Percival Farquar assinou contrato para a construção. Para tanto foi organizada a companhia Port of Pará, através da qual uma nova longa etapa de trabalhos foi encaminhada.

### **Águas, cidade, valas e esgoto**

“Os abaixo assignados commerciantes estabelecidos a travessa Sete de Setembro, entre a rua dos Mercadores e Formosa, vem respeitosamente chamar a attenção de V. Ex<sup>a</sup> para o estado deplorável e immundo em que se acha aquella travessa, por falta de calçamento e muito especialmente de um cano de esgoto que dê sahida as águas pluviaes e as do serviço domestico dos quintaes das ditas cazas; pois, sendo o leito da rua superior ao nível dos assoalhos ficam as águas depositadas debaixo dos mesmos, cauzando assim aos [Suppes] graves prejuízos em mercadorias, diterioramento nos predios, e muito principalmente para a boa higiene”.<sup>16</sup>

Encaminhado nos anos oitenta, o pedido acima remete para o viver numa cidade interpenetrada pelas águas de rios e igarapés, úmida, repleta de terrenos baixos, cuja

---

<sup>14</sup> “Relatorio apresentado á Assembleia legislativa Provincial em 15/02/1872 pelo Presidente da Provincia Abel Graça”. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

Idem. Não é demais ressaltar que o período em questão a economia gumífera representava grande parte dos lucros provinciais com exportação: entre janeiro e junho de 1871 a goma elástica exportada atingiu 2.647,206 kgs, seguida pela castanha da terra, com 1.554,541 kgs e só sendo superada pelo cacau com 3.069, 264 kgs. Os dirigentes associavam as necessidades de prosseguimento incessante das obras do cais e porto ao desenvolvimento econômico da província.

<sup>15</sup> “Relatório apresentado pelo presidente da Provincia José Coelho da Gama Abreu á Assembleia Legislativa Provincial em 15/02/1881”. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

<sup>16</sup> Depositado no APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série: Abaixo-assinados. Caixa 6. Ano: 1881.

localização favorecia elevado índice pluviométrico e não raramente exposta aos alagamentos causados pelas chuvas. Para os moradores descontentes com aquele estado de coisas,urgia o empenho dos dirigentes no sentido de fazer esgotar as águas, facilitando a vida daqueles que nela viviam. Não raramente, os abaixo-assinados e os jornais refletiam tais insatisfações.

Os comerciantes estabelecidos na rua “Sete de Setembro” expuseram o que eu chamaria de sentimento de desgosto para com a situação que se desenvolvera naquele começo de ano. O pedido deles data de 30 de maio de 1881, as chuvas precipitavam-se com mais intensidade na cidade de Belém entre os meses de dezembro e maio. As águas das chuvas ficaram acumuladas juntamente com as águas oriundas dos serviços domésticos transformando os quintais em alagados, os moradores não deixaram de inserir comentários acerca daquelas que eram “*águas depositadas*”, paradas e comprometedoras da “*boa higiene*”. No caso dessa solicitação, o cano de esgoto deveria servir ao escoamento de águas pluviais e aquelas oriundas do serviço doméstico.

Mas, ao longo do século XIX, o esgotamento das águas nem sempre ocorreu com a intermediação de canos. Os dirigentes provinciais, até os anos sessenta do século XIX, registraram com maior regularidade informações acerca das valas, essenciais para dar vazão às águas de inúmeros lugares da cidade de Belém. E mesmo com o avançar dos anos e o adentrar do século XX, e dos discursos em prol do progresso e da civilização que deveria imperar naquela que parecia ser uma cidade promissora, valas para esgotamento podiam ser encontradas em vários bairros da cidade, a despeito do apreço pelo embelezamento dos vários logradouros de Belém.

Havia valas de diferentes portes, principalmente nas grandes fazia-se necessário o estacamento reforçado com madeira resistente. Em relatório de 1852 constam, por exemplo, massaranduba e acapu para as grandes valas da estrada das Mongubeiras.

Devido aos muitos terrenos baixos localizados naquela área, os dirigentes ordenaram a construção de valas menores. Em 1852, o presidente da província declarou que seria necessário levar adiante a abertura de um grande canal, há muito tempo pensado, com extensão suficiente para “*circunvalar*” toda a cidade e unir o igarapé do Arsenal ao do Reducto. Seria um enorme canal recebedor das águas de todas as valas e valetas, um sonho de escorrer e enxugar a cidade.

Nos anos sessenta os dirigentes continuavam a reclamar das valas, a registrar que eram obras mal realizadas, que era necessário avaliar a substituição das mesmas por canos de esgotos ou canais, que talvez pelos canais pudessem navegar pequenas canoas para abastecer a população residente em áreas mais distantes, enfim. Ou seja, fortalecia-se a idéia de que

melhorar a cidade significava enquadrar as águas através de intervenções a serem pensadas e decididas sobretudo por engenheiros. As intervenções, entretanto, insistiam nos usos de valas, canais e canos de esgoto. Afinal, as águas pluviais em abundância, empoçadas pelos logradouros públicos eram as “más águas”, convidativas de doenças e morte. Combatê-las era um modo de pensar cada vez mais naturalizado.<sup>17</sup>

No início dos anos setenta, as obras de esgoto e calçamento foram encaminhadas na cidade. Em 1870, o presidente provincial Abel Graça, relatou à Assembléia Legislativa Provincial que obras públicas como o calçamento da cidade de Belém e o cais de marinha achavam-se contratadas. Todavia, ao final dos anos setenta o dessecamento dos pântanos, as obras dos esgotos, o calçamento das ruas em geral, continuavam a ser debatidos.<sup>18</sup>

A imprensa local não dava trégua, culpava os dirigentes pela lentidão, pelo descaso com que tratavam a questão da saúde da população e associava à demora nas obras de esgotamento, o que favorecia a permanência de pântanos. Diante disso, a questão do acúmulo de água na cidade, aliado ao da precariedade na limpeza de ruas, valas e calhas era retomada com frequência.<sup>19</sup>

Não obstante o adentrar do século XX, a república proclamada e com ela mais discursos de superação do atraso em que se encontrava a cidade, sobretudo devido às incompetências passadas, as queixas persistiram ou em jornais que se opunham aos dirigentes de plantão, ou nos relatórios dos próprios governantes, ou em abaixo-assinados. Ou seja, ganhava força o propósito de enquadrar as águas de Belém, mediante os ditames do progresso.<sup>20</sup>

Contudo, a cidade fora fundada e crescera em meio às águas e essas cobravam custos elevados aos habitantes para permanecerem instalados na capital do Pará. E é importante não esquecer que a grande maioria dos moradores organizou suas vidas em meio à convivência com elas. Possivelmente para muitos que precisavam percorrer as ruas, encharcando os

---

<sup>17</sup> “Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente provincial por s. exc.a o sr. conselheiro de guerra Joaquim Raymundo de Lamare, em 15/08/1867”. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

<sup>18</sup> “Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1872 pelo Presidente da Provincia Abel Graça”. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

Para José Coelho da Gama e Abreu, presidente da província, a causa do “*estado mórbido da população de Belém, seria a existência dos pântanos que começam no litoral, junto ao arsenal de marinha, e, alargando-se e estendendo-se, chegam ato o Igarapé das Almas e do Reducto*”. Falla do doutor José Coelho da Gama e Abreu, na Assembléia Legislativa da provincia do Gram-Pará, em 16/06/1879. Pará, 1879. In: [www.crl.edu/content/brazil/para.htm](http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm)

<sup>19</sup> Jornal: “Diario do Gram-Pará, anno 34 – Nº 237, 20/10/1885 - P. 01. Depositado na Biblioteca Pública “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR.

<sup>20</sup> Jornal “Diario de Noticias”, Anno XV - Nº 11, 07/11/1897. P. 1. Depositado na Biblioteca Pública “Arthur Vianna”, sessão de microfilmagem. Fundação Cultural do Pará “Tancredo Neves”/ CENTUR.



corpos nas chuvas, mergulhando os pés na lama, as águas guardassem outros significados. Essa, aliás, não deixa de ser uma motivação a mais, instigante certamente, para a construção de outras histórias das águas e de Belém do Pará.

### **Bibliografia básica**

BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal do Pará, 2004.

DULLEY, Richard Domingues. *Noções de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos ambientais e Recursos Naturais*. In: Agricultura, São Paulo, v. 51, n.2, p. 15-26, jul/dez, 2004.

FULLER, Cláudia Maria. *Os Corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão-Pará*. Belém: UFPA/Laboratório de História/Dptº de História-CFCH, Fascículos, nº 1, 1999.

LENOBLE, Robert. *Historia da idéia de natureza*. Porto: Edições 70, 1990.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das Águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: Riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém: Paka-Tatu, 2000.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural – Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: a higiene do corpo desde a Idade Média*. Lisboa: Fragmentos, 1985.

WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC:EDUSP, 1993.